



# Diário Oficial

## Estado de São Paulo

### Poder Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa — 19ª Legislatura



Carlão Pignatari Luiz Fernando Rogério Nogueira	Presidente 1º Secretário 2º Secretário	Wellington Moura André do Prado Professor Kenny	1º Vice-Presidente 2º Vice-Presidente 3º Vice-Presidente	Caio França Léo Oliveira Bruno Ganem	4º Vice-Presidente 3º Secretário 4º Secretário
---	--	---	--	--	--

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

[www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br)

Volume 133 • Número 10 • São Paulo, quarta-feira, 25 de janeiro de 2023

[www.prodesp.sp.gov.br](http://www.prodesp.sp.gov.br)

## Atos

### ATO DO PRESIDENTE Nº 1, DE 2023

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com fundamento no artigo 17, § 1º, da Constituição Estadual e no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a vaga decorrente da renúncia, a partir de 1º de fevereiro de 2023, do Senhor Deputado Bruno Arevalo Ganem, em razão de ter sido eleito Deputado Federal, CONVOCA, na condição de Suplente do Partido PODEMOS, o Senhor RAUL APARECIDO GONÇALVES PAULA, para tomar posse como Deputado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, devendo prestar compromisso regimental, apresentar diploma da Justiça Eleitoral e encaminhar a Declaração de Bens e Fonte de Renda e Passivos, incluindo todos os passivos de sua responsabilidade, de cônjuge ou companheiro(a) ou de pessoas jurídicas por ele direta ou indiretamente controlada.

A cerimônia dar-se-á no dia 1º de fevereiro de 2023, às 14 horas, no Plenário Juscelino Kubitschek, localizado no “Palácio 9 de Julho”, sede do Poder Legislativo, à Avenida Pedro Álvares Cabral, nº 201, bairro do Ibirapuera, São Paulo.

Asssembleia Legislativa, em 24/01/2023.

a) CARLÃO PIGNATARI - Presidente

### ATO DO PRESIDENTE Nº 2, DE 2023

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com fundamento no artigo 17, § 1º, da Constituição Estadual e no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a vaga decorrente da renúncia, a partir de 1º de fevereiro de 2023, do Senhor Deputado Bruno Marcello de Oliveira Lima, em razão de ter sido eleito Deputado Federal, CONVOCA, na condição de Suplente do Partido PSL, o Senhor CALIL JOSÉ BADIN VIEIRA, para tomar posse como Deputado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, devendo prestar compromisso regimental, apresentar diploma da Justiça Eleitoral e encaminhar a Declaração de Bens e Fonte de Renda e Passivos, incluindo todos os passivos de sua responsabilidade, de cônjuge ou companheiro(a) ou de pessoas jurídicas por ele direta ou indiretamente controlada.

A cerimônia dar-se-á no dia 1º de fevereiro de 2023, às 14 horas, no Plenário Juscelino Kubitschek, localizado no “Palácio 9 de Julho”, sede do Poder Legislativo, à Avenida Pedro Álvares Cabral, nº 201, bairro do Ibirapuera, São Paulo.

Asssembleia Legislativa, em 24/01/2023.

a) CARLÃO PIGNATARI - Presidente

### ATO DO PRESIDENTE Nº 3, DE 2023

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com fundamento no artigo 17, § 1º, da Constituição Estadual e no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a vaga decorrente da renúncia, a partir de 1º de fevereiro de 2023, do Senhor Deputado Rodrigo Gambale Vieira, em razão de ter sido eleito Deputado Federal, CONVOCA, na condição de Suplente do Partido PSL, o Senhor VITOR HUGO RICCOMINI, para tomar posse como Deputado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, devendo prestar compromisso regimental, apresentar diploma da Justiça Eleitoral e encaminhar a Declaração de Bens e Fonte de Renda e Passivos, incluindo todos os passivos de sua responsabilidade, de cônjuge ou companheiro(a) ou de pessoas jurídicas por ele direta ou indiretamente controlada.

A cerimônia dar-se-á no dia 1º de fevereiro de 2023, às 14 horas, no Plenário Juscelino Kubitschek, localizado no “Palácio 9 de Julho”, sede do Poder Legislativo, à Avenida Pedro Álvares Cabral, nº 201, bairro do Ibirapuera, São Paulo.

Asssembleia Legislativa, em 24/01/2023.

a) CARLÃO PIGNATARI - Presidente

## Expediente

24 DE JANEIRO DE 2023

### AUTÓGRAFOS EXPEDIDOS

#### AUTÓGRAFO Nº 33.368

Projeto de lei nº 668, de 2021

**Autoria:** Janaina Paschoal - PSL, Altair Moraes - REPUBLICANOS, Carlos Cezar - PSB, Castello Branco - PSL, Coronel Nishikawa - PSL, Coronel Telhada - PP, Agente Federal Danilo Balas - PSL, Delegado Olim - PP, Douglas Garcia - PTB, Gil Diniz - SEM PARTIDO, Leticia Aguiar - PS�, Major Mecca - PS�, Marta Costa - PSD, Valeria Bolsonaro – PRFB, Frederico d'Ávila - PSL e Tenente Nascimento - REPUBLICANOS

*Dispõe sobre a proibição da exigência de apresentação do cartão de vacinação contra a Covid-19 para acesso a locais públicos ou privados no Estado, e dá outras providências.*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º – A presente lei visa disciplinar a exigência de comprovante de vacinação contra Covid-19, no Estado, nos termos que especifica.

Artigo 2º – Fica proibido exigir comprovante de vacinação contra Covid-19 para acesso a locais públicos ou privados.

Artigo 3º – Fica proibido exigir comprovante de vacinação contra Covid-19 para a realização de atendimento médico ou ambulatorial, inclusive para cirurgias eletivas, nos serviços de saúde públicos ou privados.

Artigo 4º – Fica proibido exigir comprovante de vacinação contra Covid-19 de servidores, ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração pública direta e indireta, como condição para o desempenho de suas funções.

Parágrafo único – Fica proibido impor qualquer tipo de sanção àqueles que se opuserem a se vacinar contra Covid-19.

Artigo 5º – Fica proibido exigir comprovante de vacinação contra Covid-19 para ingresso nas escolas públicas ou privadas, bem como para participação em atividades educacionais.

Parágrafo único – O “caput” aplica-se, inclusive, ao ensino superior e técnico-profissionalizante.

Artigo 6º – Mesmo com a indicação das autoridades sanitárias, compete exclusivamente às famílias decidir se vacinarão seus filhos menores de idade contra Covid-19, cabendo aos órgãos competentes prestar-lhes todas as informações relativas a reações adversas.

Artigo 7º – Deverão os médicos notificar, à Secretaria de Saúde, todos os casos de reação à primeira dose da vacina contra a Covid-19, atestando, se for o caso, que a pessoa não pode tomar a segunda dose da vacina.

Parágrafo único – O “caput” aplica-se, igualmente, a reações referentes a doses subsequentes.

Artigo 8º – As equipes de saúde envolvidas na aplicação de vacinas contra Covid-19 deverão ser conscientizadas dos sintomas apresentados por pessoas alérgicas, intolerantes ou detentoras de síndromes e doenças que podem se manifestar em decorrência da vacina, bem como das medidas a serem tomadas em caso de emergência.

Parágrafo único – Relativamente aos menores de idade, a conscientização também deverá recair sobre a ponderação entre riscos acarretados pela Covid-19 a esta população e os riscos da própria vacina.

Artigo 9º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 12/1/2023. a) CARLÃO PIGNATARI – Presidente

## Atos Administrativos

### DECISÕES DA MESA

DE 23/01/2023

TORNANDO SEM EFEITO, a Decisão nº 3974/2022, publicada em 19/11/2022, de nomeação de ROBERTO MASAO SATO, RG nº 332796048, do cargo de TÉCNICO LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSA), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012.

(Decisão nº191/2023);

TORNANDO SEM EFEITO, a Decisão nº 3972/2022, publicada em 19/11/2022, de nomeação de PEDRO EVANS BARBATI, RG nº 398667809, do cargo de TÉCNICO LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSA), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012.

(Decisão nº190/2023);

TORNANDO SEM EFEITO, a Decisão nº 4252/2022, publicada em 14/12/2022, de nomeação de MANOEL HENRIQUE MARTINS, RG nº 43091633, do cargo de ANALISTA LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSA), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012.

(Decisão nº189/2023);

TORNANDO SEM EFEITO, a Decisão nº 3952/2022, publicada em 19/11/2022, de nomeação de ELISEU DE OLIVEIRA CUNHA, RG nº 1419687964, do cargo de TÉCNICO LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSA), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012.

(Decisão nº188/2023);

TORNANDO SEM EFEITO, a Decisão nº 3951/2022, publicada em 19/11/2022, de nomeação de ELISA LEONEL UTINO, RG nº 4554410, do cargo de TÉCNICO LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSA), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012.

(Decisão nº187/2023);

TORNANDO SEM EFEITO, a Decisão nº 3979/2022, publicada em 19/11/2022, de nomeação de SARAH RAQUEL FROZ SILVA, RG nº 0239050620031, do cargo de TÉCNICO LEGISLATIVO, do SQC-II do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSA), com vencimento fixado no Anexo III - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 19 da Resolução Nº 878/2012.

(Decisão nº192/2023);

DE 24/01/2023

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 1263, de 26 de maio de 2015:

FABIO FERNANDES, RG nº 23243982, matrícula nº 31390, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSESSOR PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSA), com vencimento fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº 1263/2011, a partir de 26/01/2023.

(Decisão nº055/2023);

GABRIELA OLEGARIO LAZARO, RG nº 533860246, matrícula nº 30024, do cargo que vem exercendo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR III, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSA), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, a partir de 26/01/2023.

(Decisão nº206/2023);

NADIA NAVEGA RIBEIRO DA SILVA MORELLI, RG nº 498386594, matrícula nº 31403, do cargo que vem exercendo, em comissão, de AUXILIAR LEGISLATIVO, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSA), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº207/2023);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978:

FABIO FERNANDES, RG nº 23243982, para exercer, em comissão, o cargo de AUXILIAR LEGISLATIVO, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSA), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de

que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de VANDELINO PINTO MOREIRA, ficando atribuída a Gratificação de Representação a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 986, de 29 de dezembro de 2005, de AUXILIAR LEGISLATIVO, a partir da data do seu exercício.

(Decisão nº208/2023);

JOÃO CARLOS FERNANDES, RG nº 19702967X, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR ESPECIAL PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSA), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de ELIANA MARIA MARCONDES CORREA.

(Decisão nº209/2023);

JOÃO VICENTE MARQUES DAL MAS, RG nº 363383384, para exercer, em comissão, o cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR I, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSA), com vencimento fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº 1263/2015, em vaga decorrente da exoneração de FABIO FERNANDES, ficando atribuída a Gratificação de Representação a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 986, de 29 de dezembro de 2005, de ASSESSOR PARLAMENTAR I, a partir da data do seu exercício.

(Decisão nº210/2023);

LETÍCIA SIQUEIRA DAS CHAGAS , RG nº 505290285, para exercer, em comissão, o cargo de AUXILIAR PARLAMENTAR, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSA), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimento - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de DANILLO ROTA PRISCO ANTUNES, ficando atribuída a Gratificação de Representação a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 986, de 29 de dezembro de 2005, de AUXILIAR PARLAMENTAR, a partir da data do seu exercício.

(Decisão nº211/2023);

REGIANE PIRES, RG nº 416022066, para exercer, em comissão, o cargo de ASSISTENTE PARLAMENTAR VI, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSA), com vencimento fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 1136/2011, em vaga decorrente da exoneração de VITÓRIA GABRIELLA EVANGELISTA FARIA DE SA, ficando atribuída a Gratificação de Representação a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 986, de 29 de dezembro de 2005, de ASSISTENTE PARLAMENTAR VI, a partir da data do seu exercício.

(Decisão nº212/2023);

DESPACHOS DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE 24/01/2023

PROCESSO RG Nº 6686/1993

Interessado(a): ALTIMAR WEBER EUSEBIO PEDRO (matrícula 5032)

Assunto: Indenização de Licença-Prêmio.

O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista as informações prestadas pela Divisão de Aposentadoria e Benefício, DEFERE o pagamento, a título de indenização, do valor correspondente a 90 (NOVENTA) dias de licença-prêmio ao(à) ex-servidor(a) acima qualificado(a), não usufruídos durante seu período de atividade.

DESPACHOS DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CONTRATOS E LICITAÇÕES

DE 20/01/2023

PROCESSO DIGITAL Nº 478/2022

Interessado: Divisão de Atendimento de Saúde e Assistência ao Servidor

Assunto: Autorização de Compras – AC nº 223/2022 – CBS MÉDICO CIENTÍFICA S/A – Aquisição de materiais médicos, conforme especificações do Memorial Descritivo – Mora na entrega do item 19 (Luva Cirúrgica 6,5) - Aplicação de penalidade de Advertência – Anulação de ofício e acolhimento da Defesa Prévia.

Versam estes autos sobre Autorização de Compras avençada entre esta Administração e a empresa contratada CBS MÉDICO CIENTÍFICA S/A, com vistas à aquisição de materiais médicos, conforme especificações do Memorial Descritivo.

Ademais, da análise da Autorização de Compras nº 223/2022, autuada em 16/08/2022, é possível depreender que a contratada deveria fornecer à contratante 24 (vinte e quatro) itens, dentre os quais 20 (vinte) pares de luvas cirúrgicas (item 19), especificadas naquele documento.

Ocorre que, em 19/08/2022, a contratada encaminhou à Administração desta Casa o Ofício nº 21.874/2022, solicitando a prorrogação do prazo de entrega estabelecido para entrega dos itens 7 e 19, sob o argumento de que o fabricante não poderia fornecer os produtos por “questões de alteração na produção”. Ao contínuo, em decisão de 09/09/2022, esta Secretaria deferiu o pedido de prorrogação do prazo de entrega para 16/09/2022.

Em 15/09/2022, a contratante formulou novo pedido de prorrogação de prazo de entrega do objeto (Ofício nº 21.925/2022), desta vez limitado ao item 19 (luva cirúrgica estéril 6,5 Life Plus Lemgruber), rogando a esta Administração que estendesse o prazo de entrega do bem para 16/09/2022.

Antes mesmo desta Secretaria se pronunciar sobre o pleito de 15/09/2022, a contratada encaminhou o Ofício nº 21.944/2022, autuado em 23/09/2022, solicitando nova prorrogação do prazo para entrega do item 19, desta vez para 03/10/2022.

Concomitantemente, a unidade solicitante lavrou o Relatório de Ocorrência com Fornecedor (ROF), em 23/09/2022, dando conta da mora da contratada na entrega do item 19. Somente em 30/09/2022 a contratada entregou os bens em atraso, o que se extrai do Relatório de Regularização do Fornecedor (RRF), autuado em 04/10/2022.

A Divisão de Contabilidade, em 06/10/2022, apurou a multa por descumprimento parcial das obrigações contratadas, conforme artigo 3º, inciso I e II do Ato nº 4/2000 da Mesa Diretora da Alesp, que alcançou o montante de R\$ 0,91 (noventa e um centavos).

Posteriormente, em cumprimento aos princípios da ampla defesa e do contraditório, foi enviado o ofício SGA nº 631, de 10/10/2022, notificando a empresa para que apresentasse Defesa Prévia, a justificar a mora na entrega do objeto supraci-

tado. A Divisão de Gestão Documental, em seguida, certificou o transcurso do prazo sem manifestação, em 26/10/2022.

Ato contínuo, esta Secretaria decidiu pela imposição de penalidade de Advertência à contratada por descumprimento parcial de suas obrigações contratuais, o que se deduz dos termos da decisão de 10/11/2022, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 11/11/2022.

Contudo, essa decisão não deve prevalecer.

Isto porque, a contratada de fato encaminhou Defesa Prévia tempestivamente ao endereço eletrônico sga@al.sp.gov.br, sendo que tal documento não foi enviado a esta Secretaria em tempo hábil pelo respectivo expediente. Assim, considerando que a peça fora encaminhada por simples mensagem eletrônica, a Divisão de Gestão Documental não tinha outra alternativa senão a certificação do transcurso do prazo em branco, o que ocorreu em 26/10/2022.

Assim, diante da imposição de sanção em desobediência ao devido processo legal, o caso é de desconstituição da decisão sancionatória e apreciação da Defesa Prévia, porque apresentada a seu tempo.

Pois bem.

A aludida peça defensiva contém em seu bojo os canhotos das Notas Fiscais nº 0012231444, 001233541 e 001245828, emitidas, respectivamente, em 18/08/2022, 25/08/2022 e 30/09/2022, os quais confirmam a ocorrência dos atrasos por exclusiva responsabilidade do fornecedor.

Diante de tal contingência, restou caracterizada a ruptura do necessário nexo de causalidade, o que constitui motivo idôneo para liberação da contratada no cumprimento de suas obrigações no prazo avençado, tal como autorizado pelo art. 78, inc. XVII, da Lei nº 8.666/1993, e pelo § 5º, do artigo 3º, do Ato nº 4/2000, da E. Mesa Diretora da ALESF.

Pelo exposto, de ofício, com arrimo no artigo 10, caput, da Lei estadual nº 10.177/1998, e na Súmula nº 473, do C. Supremo Tribunal Federal, ANULO a penalidade de Advertência imposta à contratada CBS MÉDICO CIENTÍFICA S/A, publicada no Diário Oficial do Poder Legislativo de 11/11/2022, e ACOLHO A DEFESA PRÉVIA apresentada tempestivamente, liberando-a de sanção pelo atraso na entrega do objeto.

Resta, assim, prejudicada a análise do Recurso Administrativo, autuado em 14/12/2022.

DE 24/01/2023

PROCESSO DIGITAL: 68/2022

Interessado(a): Administração

Assunto: Execução de serviços de fornecimento e instalação de divisórias modulares e demais componentes, por meio do Sistema Registro de Preços, nas dependências da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Edifício Sede e Anexos, conforme especificações (qualitativas e quantitativas) descritas no corpo do Memorial Descritivo – Solicitação de Prorrogação Contratual – Prorrogação por adicionais 06 (seis) meses, nos termos do fulcro no subitem 4.1 da ata, no artigo 15, § 3º, III, da Lei Federal Nº 8.666/1993 e no artigo 8º do regulamento do sistema de registro de preços da ALESF.

O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições conferidas pela Resolução nº 925/2021 da ALESF; à vista do contido nos autos do Processo Digital nº 68/2022, que trata da contratação em epígrafe; considerando a solicitação, justificada, de prorrogação contratual, por 06 (seis) meses, datada de 17/11/2022, efetivada pela Divisão de Manutenção e Conservação, que acolhe; considerando a manifestação da contratada, datada de 18/01/2023, em que anui com a prorrogação contratual nos termos contratuais vigentes; à vista dos termos da manifestação da Coordenadoria de Contratações, de 18/01/2023, no sentido de que os valores contratados são de caráter vantajoso à Administração, que ratifica; considerando o Parecer nº 665-1, de 14/12/2022, exarado pela Procuradoria da Assembleia Legislativa, nos termos em que acolhe; DECIDE: I – AUTORIZAR, com fundamento no subitem 4.1 da ata, no artigo 15, § 3º, III, da Lei Federal Nº 8.666/1993 e no artigo 8º do regulamento do sistema de registro de preços da ALESF, o ADITAMENTO da Ata de Registros de Preços nº 13/2022, firmada entre este Poder e a empresa REGINA HELENA DOS SANTOS 04367554830 para Execução de serviços de fornecimento e instalação de divisórias modulares e demais componentes, nos termos da solicitação, de 17/11/2022, da Divisão de Manutenção e Conservação, e manifestação de anuência da Contratada, datada de 18/01/2023;

II – APROVAR a minuta de Termo de Aditamento oferecida pela Procuradoria da Assembleia Legislativa, por meio do Parecer nº 665-1, de 14/12/2022, da Procuradoria da ALESF;

III - AUTORIZAR a realização das despesas decorrentes de que trata o item I, no valor total de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais), nos termos da manifestação da Divisão de Contabilidade, de 24/01/2023.

DESPACHOS DA DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

DE 24/01/2023

O Diretor do Departamento de Recursos Humanos torna pública a unidade de lotação do(s) servidor(es) abaixo relacionado(s), a partir da data do exercício:

MARIA AUXILIADORA SILVA FERREIRA, Matrícula 31452, no(a) Liderança do Republicanos (REPUBLICANOS), a partir de 23/01/2023;

RENATO DE ALMEIDA, Matrícula 31462, no(a) GABINETE DE DEPUTADO N.47 - ANTONIO DIRCEU DALBEN, a partir de 23/01/2023;

FRANCISCO LUCIVAN DOS SANTOS, Matrícula 31468, no(a) GABINETE DE DEPUTADO N.02 - JORGE DO CARMO SILVA, a partir de 23/01/2023;

RAIMUNDO CICERO DIAS, Matrícula 25987, no(a) GABINETE DA 2ª SECRETARIA, a partir de 23/01/2023;

SIMONE FRANCA BERNARDINO, Matrícula 31353, no(a) DIVISÃO DE REGISTRO E CADASTRO FUNCIONAL (DRCF), a partir de 23/01/2023;

GABRIELA TEIXEIRA DE LIMA, Matrícula 31344, no(a) DIVISÃO DE REDAÇÃO LEGISLATIVA (DRL), a partir de 23/01/2023;

DANYELLE DOS SANTOS LUCHESE, Matrícula 31459, no(a) DIVISAO DE APOIO AS COMISSOES, a partir de 24/01/2023.



documento  
assinado  
digitalmente